

A vida como ela é numa cidade sem previsão

Romerito de Aquino

Brasília está fazendo 20 anos de existência. Neste dia, o que seus habitantes podem dizer dela? Quais as centenas de aventuras pelas quais passou nos últimos anos. O que ofereceu para seus moradores até agora e o que poderá oferecer nos anos vindouros. Enfim, qualquer um de seus habitantes pode se perguntar: vale a pena ou não viver em Brasília?

Como se pode chegar às respostas adequadas para todas essas indagações? Esta, na verdade, é a pergunta chave para que se possa conhecer os reais benefícios e as possíveis frustrações que Brasília ofereceu até agora e poderá continuar oferecendo num futuro não muito distante. Tal objetivo, no entanto, parece não ser muito fácil de ser atingido. Senão vejamos, querer saber de um funcionário público sua opinião a respeito da cidade ou indagar a um trabalhador da construção civil sobre sua experiência existencial nela, por certo seriam tentativas válidas para se conhecer melhor a qualidade dos serviços que ela presta à sua população, muito embora seja importante ressaltar o risco de não chegarmos a nenhuma conclusão. Se para o primeiro entrevistado a cidade pode ser “boa” para residir, para o segundo ela poderá não ser nada interessante, na medida que este não possa usufruir das condições de infraestrutura urbana oferecidas. Para evitar tal confusão, têm-se como essencial que para conhecer a real eficiência da cidade faz-se necessário saber antes para quem exatamente se destina todas suas obras e realizações.

Nos seus 20 anos, Brasília tanto poderá continuar crescendo da forma como vem ocorrendo como poderá mudar radicalmente nos próximos 20 anos. Crescer da mesma forma ou mudar vai depender essencialmente da vontade de seus atuais e futuros administradores.

Sobre estes diferentes caminhos o professor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Frederico Holanda, tem duas opiniões distintas. Na sua opinião, estas diferentes escolhas terão também diferentes consequências.

Examinando a hipótese de que não ocorra qualquer modificação na política urbana da cidade, o professor da UnB prevê alguns prognósticos nada interessantes. Inicialmente, esta política deverá gerar uma elitização cada vez mais progressiva do uso dos espaços mais bem equipados do Distrito Federal em termos de condições de infra-estrutura urbana. Neste caso, haverá sempre um maior número de pessoas que morará mais longe dos serviços urbanos mais importantes oferecidos pela cidade; situação esta causada principalmente por dois tipos de bloqueios: um bloqueio ocasionado pelas ocupações das áreas livres das regiões privilegiadas pelas categorias de mais alto poder aquisitivo e um bloqueio advindo da política governamental de ocupação de novas áreas.

Segundo o professor Frederico, o que está acontecendo em Brasília é que a população está saindo da área do Distrito Federal e levando com ela todos os tipos de problemas de infra-estrutura residencial que teria que ser montada nestas novas áreas de ocupação. Ao mesmo tempo, toda esta população necessita vir diariamente ao Distrito Federal uma vez que é nesta região onde se encontra o seu local de trabalho. Quanto mais afastada esta população ativa estiver de seu local de trabalho, maiores serão os gastos que ela terá que fazer para chegar até ele. Além de exigir a montagem residencial a infra-estrutura residencial nestas novas áreas, o deslocamento contínuo da mão-de-obra vai requerer despesas cada vez maiores nos investimentos básicos do setor de transporte. Em última análise, o que se quer dizer é que a atual política de zoneamento urbano do Distrito Federal chega mesmo a equívocos como estes enquanto economicamente a população ativa está vinculada à cidade, especialmente ela se vê impedida de habitá-la.

Por outro lado, resolver o problema dando condições de habitação nestas áreas longínquas poderá se transformar numa saída muito dispendiosa e até mesmo desnecessária. Mesmo que se construam conjuntos de casas com toda infra-estrutura de habitação, seus moradores obviamente necessitarão das outras condições

básicas de vida, como a escola, a recreação, o tratamento de saúde, a área verde e sistemas de transporte coletivo. Estes, na verdade, é que serão os reais custos financeiros da elitização do espaço urbano de Brasília.

Mais importante do que os custos financeiros dessa elitização, na opinião do arquiteto da Universidade de Brasília, serão os custos sociais, na medida em que essa população é impedida de usar aquilo que a cidade tem de melhor para oferecer. Tal acesso é impedido, principalmente, pela distância física, que implica em tempo e custo de deslocamento, e pelas poucas possibilidades econômicas para a efetivação desse deslocamento, tendo em vista ser a população atingida de renda mais baixa. Neste ponto, o paradoxo do desenvolvimento da cidade se agrava mais ainda se forem levados em conta os fatos de que é exatamente em Brasília onde se concentra mais de 70% da oferta de emprego, além de ser esta população marginalizada exatamente a força maior da mão-de-obra que a cidade dispõe para crescer.

“Existe privilégio de acesso aos bens sociais e não apenas aos bens urbanos, da mesma forma que a população ativa não tem acesso à saúde, educação ou lazer; ou seja, ela está na cidade mas não tem acesso a ela”, ressalta o professor Frederico.

HAVERÁ MUDANÇAS?

Existe ou não possibilidade da cidade evoluir para formas mais justas de aproveitamento de seu espaço urbano? Ante questões como esta, nem mesmo os mais especializados em conhecimento arquitetônico e urbanístico se arriscam a prognosticar, uma vez que qualquer tipo de mudança, dentro do atual regime do país, depende essencialmente das decisões de políticas de governo.

Na opinião do professor Frederico Holanda, a inversão do processo de urbanização só se dará na medida em que se possibilite aos agentes sociais que produzem a cidade se manifestarem sobre suas necessidades e poderem mostrar suas justas reivindicações. Essa possibilidade, segundo afirma o professor, é um problema básico de veiculação, ou seja, se não existir canais de veiculação das reivindicações, o que tem sido feito até agora na cidade poderá se agravar. Exemplo claro desse aspecto é o caso que está acontecendo atualmente com os habitantes da cidade satélite de Ceilândia, que estão sendo ameaçados de terem seus lotes alienados, com a perda do direito de posse efetiva. Frente a esta nova ameaça, eles estão se organizando para reivindicarem o que por lei lhes pertence.

Um outro aspecto questionável em Brasília é sobre a viabilidade das possíveis mudanças que vierem a ocorrer no futuro. Pela sua atual estrutura arquitetônica, Brasília comporta ou não mudanças? É o que se questionam hoje alguns de seus administradores.

Na opinião do professor Frederico Holanda, “em qualquer cidade cabe mudanças em qualquer época, pois não existe o tipo de cidade cristalizada, que não se pode mexer”. Por isso, “ela é uma coisa que é hoje, se continuar é porque os interesses que a fizeram como tal permaneçam; não há como defender o interesse da cristalização de Brasília”.

Os espaços que continuam vazios na cidade, como é o caso de boa parte da Asa Norte, têm sua ocupação bloqueada principalmente pela especulação imobiliária. Na opinião do professor, os agentes de bloqueio de ocupações não são somente os especuladores imobiliários, “pois o definir ou não definir novas áreas de ocupação urbana depende do governo, é uma decisão a ser tomada por política de governo”.

Por outro lado, existem os críticos que argumentam que a elevação da densidade populacional de Brasília criaria um excessivo aumento dos custos operacionais do sistema de infra-estrutura urbana. Tal tese, na verdade, não é de todo passível de veracidade, tendo em vista que se uma ou outra alternativa for adotada levando-se em conta os custos financeiros, a transferência da população necessitada para outras áreas, fora do Distrito Federal, sairia muito mais cara e dispendiosa para os cofres públicos.

